

DIVERSIDADE EM UM MUNDO FRAGMENTADO OU COMO LIDAMOS COM O OUTRO

Mariana Gomes¹

Resumo: Em um mundo no qual as diferenças parecem tão maiores, as divergências tão gritantes e as semelhanças tão distantes, como tratamos a diversidade? Na tentativa de buscar elementos para uma análise inicial sobre este tema, escolhi dois autores que abordam a questão sob perspectivas diferentes – mas não tanto. Clifford Geertz, um antropólogo estadunidense nascido na Califórnia em 1926; e Edward Said, um especialista em literatura, palestino, nascido em Jerusalém em 1935. Apesar das diferentes perspectivas, Geertz e Said têm em comum uma série de elementos, sendo, a meu ver, o principal deles, a visão sobre a importância da análise histórica para a interpretação do mundo. O objetivo deste trabalho é, portanto, a partir das ferramentas analíticas trazidas por Geertz e Said, formular pistas para a compreensão da noção de diversidade e do que chamamos de “o outro”. Os recentes acontecimentos na Europa em relação à situação dos refugiados também podem ser analisados à luz do que Geertz e Said nos dizem. Estas reflexões em diálogo podem trazer à tona uma das principais preocupações da atualidade, principalmente entre os pensadores pós-colonialistas. Por fim, unindo as reflexões dos dois autores, pretendo trazer à discussão um breve comentário sobre o que Chimamanda Adichie chama de perigo da história única.

Palavras-chave: cultura, diversidade, pós-colonialismo.

Em um mundo no qual as diferenças parecem tão maiores, as divergências tão gritantes e as semelhanças tão distantes, como lidamos com a ideia de igualdade? Como enxergamos o outro? Onde residem as expectativas de um mundo forjado, desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, através de um olhar específico sobre a igualdade, direitos humanos e democracia? Todas essas perguntas parecem distantes de uma única resposta, este é, inclusive, um dos pontos importantes a serem destacados. As respostas podem ser múltiplas, justamente porque vivemos, como aponta Clifford Geertz, em um “mundo aos pedaços”.

Na tentativa de buscar elementos para uma análise inicial sobre este tema, escolhi dois autores que abordam a questão sob perspectivas diferentes – mas não tanto. Clifford Geertz, um antropólogo estadunidense nascido na Califórnia em 1926; e Edward Said, um especialista em literatura, palestino, nascido em Jerusalém em 1935. Apesar das diferentes perspectivas, Geertz e Said têm em comum uma série de

elementos, sendo, a meu ver, o principal deles, a visão sobre a importância da análise histórica para a interpretação do mundo.

Em “A interpretação das culturas”, Geertz defende que a cultura é constituída por teias de significados, todas elas tecidas pelos sujeitos. A importância da cultura – em especial quando lida a partir desta perspectiva – no que diz respeito a uma análise da sociedade, está, portanto, no conjunto de bens simbólicos que circulam por estas teias. Para Geertz, essas teias, sua análise e seu processo de tessitura constituem a cultura. Compreender o conceito de cultura defendido pelo autor me parece importante para a análise de seus escritos sobre política e diversidade, sobre os quais falaremos neste trabalho. Em “Nova luz sobre a antropologia”, Geertz retoma esta noção e afirma que a cultura se apresenta como “as estruturas de sentido em que as pessoas vivem e formas suas convicções, suas individualidades e seus estilos de solidariedade” (Geertz, 2001, p. 215).

Edward Said, no prefácio da edição de 2003 de “Orientalismo”, defende que “o mundo secular é o mundo da história – da história visto como algo feito por seres humanos” (Said, 2007, p. 25). Este é, a meu ver, um dos pontos que aproxima Said de Geertz, já que ambos enfatizam claramente a ideia de processo de construção histórica a partir da ação humana. Assim, para ambos, cultura e história se fazem a partir das mãos de cada um dos indivíduos, de todos eles juntos e dos grupos dos quais fazem parte.

O objetivo deste trabalho é, portanto, a partir das ferramentas analíticas trazidas por Geertz e Said, formular pistas para a compreensão da noção de diversidade e do que chamamos de “o outro”. Por fim, unindo as reflexões dos dois autores, pretendo trazer à discussão um breve comentário sobre o que Chimamanda Adichie chama de perigo da história única. Acredito que a reflexão da escritora nigeriana demonstre uma das principais preocupações da atualidade, preocupações estas, sem dúvida, influenciadas pelas contribuições de Geertz, Said, entre outros autores, principalmente os pós-colonialistas.

“Num mundo estilhaçado, devemos examinar os estilhaços”

Geertz escreveu sobre a importância da cultura para a teoria política no capítulo “O mundo em pedaços”, presente no livro “Nova luz sobre a antropologia”. O objetivo é

mostrar que os acontecimentos ocorridos no mundo durante os séculos recentes produziram transformações que geraram uma certa fragmentação no mundo e, principalmente, uma “desmontagem” de conceitos integradores e totalizantes com os quais as ciências humanas estavam acostumados há bastante tempo.

No texto, o autor defende que a teoria política é movida e animada pelas exigências do momento: “um guia para perplexidades particulares, prementes, locais e ao alcance da mão” (Geertz, 2001, p. 191). Para Geertz, a motivação da reflexão sobre a política é “radicalmente não geral” e a teoria política deve ser “uma resposta específica a circunstâncias imediatas”. Ainda segundo o antropólogo, a teoria política “provém de um desejo de compreender o jogo de poder e aspiração que se encontra girando ao redor, num dado lugar perturbado, num dado momento desarticulado” (idem, p. 192).

O autor também chama atenção para fenômenos que produziram um sentimento de dispersão, particularidade, complexidade e descentramento. Para ele, as “simetrias da era do pós-guerra desarticularam-se, e nós, ao que parece, ficamos com os pedaços”. Geertz se refere não apenas às guerras, mas à ameaça nuclear, aos conflitos civis, ao capitalismo sem fronteiras e uma série de outros fenômenos que influenciaram os processos que construíram o mundo de hoje – ainda, obviamente, em construção contínua. O que Geertz chama de “esfacelamento de coesões maiores”, a dificuldade de relacionar questões locais e globais, são questões que influenciam o cotidiano de qualquer cidadão do mundo. A solução teórica defendida por ele, portanto, é a de uma análise desses fragmentos gerados pela ausência de grandes coesões. Nas palavras do autor:

Para que o geral possa ser apreendido e para que se descubram novas unidades, parece necessário apreendê-lo não diretamente, de uma vez só, mas através de exemplos, diferenças, variações, particularidades – aos pouquinhos, caso a caso. Num mundo estilhaçado, devemos examinar os estilhaços” (Geertz, 2001, p. 193).

Isto porque, dentre outros desdobramentos, este despedaçamento, esta “desmontagem” produziu o questionamento de conceitos totalizantes e pouco questionado pelas ciências humanas, mas que têm estado em xeque há algum tempo. As noções de tradição, identidade, religião, ideologia, valores, nação, e até os conceitos de cultura, sociedade, Estado e povo denunciaram, inclusive, em alguns casos, o etnocentrismo dos que as produziram. Assim, para Geertz:

É preciso construir algumas ideias gerais, novas ou reconcondionadas, se quisermos penetrar na luz ofuscante da nova heterogeneidade e dizer algo de útil sobre suas formas e seu futuro (idem, p. 194).

A nova heterogeneidade a que se refere Geertz não foi criada pelo mundo político em si. Para ele, “foi a história, instável e caprichosa, e dilacerada pela violência, que o fez. A desmontagem apenas tornou patente a heterogeneidade: flagrante, impossível de encobrir com ideias grandiosas, já agora impossível de não ver” (idem, p. 196). Esta heterogeneidade demonstra que não existem narrativas mestras sobre quaisquer conceitos, mas sim acontecimentos, pessoas e fórmulas passageiras e incoerentes, que cumprem seu papel na medida em que reconhecem a própria heterogeneidade.

Assim, Geertz defende que devemos lidar com histórias divergentes ao invés de tentar “abarcá-las em visões sinópticas”, já que sabemos que a forma como dividimos o mundo já não funciona. Dividimos o mundo em compartimentos, em pequenos blocos, muitas vezes inadequados até para a análise que pretendemos fazer, criando coesões artificiais, justamente para não admitirmos esta heterogeneidade. Este é um erro comum cometido pelas teorias políticas e apontado por Geertz. Ele chama atenção para uma certa ilusão confortável de que o mundo possa ser “coberto de ponta a ponta por unidades que se repetem, a qual é produzida pelas convenções pictóricas de nossos atlas políticos – recortes poligonais num quebra-cabeça bem encaixado –, é exatamente isso: uma ilusão” (idem, p. 198).

Geertz afirma e reafirma que esta desmontagem do mundo, esta heterogeneidade, pode e deve ser analisada de outra maneira, diferente de como vem sendo abordada agora. Para ele, as abordagens da análise política que se dedicam aos acontecimentos atuais envolvendo a relação entre os países do mundo na **plenitude de sua particularidade** parecem ser “mais úteis à compreensão do que as que tentam desenvolver uma visão panóptica geral” (idem, p. 200). Assim, uma das sínteses mais interessantes apresentadas por este texto é a de que há necessidade de ajustes nas teorias atuais com o objetivo de apresentar análises sólidas sobre este “mundo desmontado” ou “em processo de desmonte”. O primeiro passo, segundo Geertz, para transformar estas teorias, é o reconhecimento da diferença de maneira explícita e franca.

A diferença deve ser vista não como negação da semelhança, seu oposto, seu contrário e sua

contradição. Deve ser vista como abarcando-a: situando-a, concretizando-a, dando-lhe forma. Já que se foram os blocos e com eles suas hegemonias, estamos diante de uma era de **emaranhados dispersos**, cada qual singular. **A unidade e a identidade terão de ser negociadas, produzidas a partir da diferença** (ibidem, grifo meu).

Neste sentido, o autor aponta para a necessidade de uma nova forma de política, uma nova forma de enxergar “o outro” e a heterogeneidade deste mundo que pretendemos compreender. Um dos pontos de partida, já citados acima, que é a forma como encaramos a diferença, esbarra justamente em como enxergamos o sujeito desta diferença, suas crenças, sua cultura, sua língua etc. Geertz frisa a importância de romper com visões que possam construir análises simplistas, demonizantes e negativas sobre a diferença, “como se ela fosse uma relíquia da selvageria ou algum estágio anterior da existência humana” (idem, p. 215). O texto afirma a importância de uma política que não encare a afirmação étnica, religiosa, racial, linguística ou regional

[...] como uma irracionalidade arcaica e ingênita, a ser suprimida ou ultrapassada, como uma loucura censurada ou uma escuridão desconhecida, mas que a veja, como a qualquer outro problema social [...] como uma realidade a ser enfrentada e modulada, com a qual de algum modo é preciso lidar e chegar a um acordo (idem, p. 215).

Em resumo, Geertz defende que a teoria política precisa se ater mais às particularidades do que ao geral, mais aos fragmentos do que às tentativas artificiais de coesão, mais ao que acontece, da maneira como funciona. Isto porque, ainda segundo o autor, ela precisa participar da “construção do que é mais necessário, agora que o mundo está se redistribuindo em estruturas de diferença cada vez mais variadas: uma política prática de conciliação cultural” (idem, p. 224).

Esta matriz epistemológica criticada por Geertz na teoria política, no entanto, é observada em outras áreas das ciências humanas e parece ser herdeira do pensamento universalizante que costumava perpassar as teorias durante muito tempo. Em “Os usos da diversidade”, Geertz aponta para duas tradições teóricas que caminhavam para sentidos opostos, porém, ambas de consequências complicadas. Uma visão universalizante, que parte de um etnocentrismo egocêntrico e excludente; a outra, excessivamente particularista, afastada da história. Mas o foco central do texto está na

complexa questão do etnocentrismo, do qual, para Geertz, é impossível nos livrarmos totalmente. Segundo o autor, a eliminação completa do etnocentrismo ao qual muitas vezes estamos ligados, pode resultar numa certa indiferença em relação à outras culturas. No entanto, nas palavras do autor: “o problema do etnocentrismo é que ele nos impede de descobrir em que tipo de ângulo nos situamos em relação ao mundo” (Geertz, 2001, p. 74).

Retomando a questão da diversidade cultural, Geertz destaca que seus usos devem ser no sentido de mapear “o campo que a razão precisa atravessar para que suas recompensas se concretizem” (idem, p. 81), e menos no sentido de destacar as diferenças. Esses usos precisam servir menos para nos separar e mais para ajudar a nos definirmos. Como o próprio autor destaca, o sentido é algo socialmente construído e só passa a existir dentro dos jogos de linguagem, da interação social concreta. Logo, estes sentidos passam a ser mais fáceis de se compreender se tivermos a dimensão de que variam, se transformam, são deslocados e substituídos ao longo dos processos históricos. Para Geertz, isso faz parte do processo de conhecer a si próprio e de conhecer aos outros e viver com este conhecimento, do contrário, terminaremos isolados.

O texto também faz considerações importantes sobre o papel da etnografia como disciplina facilitadora, capaz de promover o contato operacional com uma subjetividade variante. Mas ela também precisa ser, para Geertz, composta de narrativas que possam

[...] redirecionar nossa atenção, mas não do tipo que nos torne aceitáveis a nós mesmos, representando os outros como reunidos em mundos a que não queremos nem podemos chegar, mas narrativas e enredos que nos tornem visíveis para nós mesmos, representando-nos e a todos os outros como jogados no meio de um mundo repleto de estranhezas irremovíveis, que não temos como evitar.

Assim, para Geertz, a etnografia é uma das maneiras possíveis para descrição e análise da diversidade, desde que ela saiba que está construindo um enredo sobre aqueles com os quais pretende interagir.

Orientalismo e o discurso sobre o outro

Uma das questões centrais da obra de Edward Said é a ênfase de que as produções sobre o Oriente – e que, no fim das contas, termina por ser aquilo que sabemos sobre o Oriente – são um discurso. O discurso, no sentido foucaultiano, é o que Said vai demonstrar em “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”. As produções literárias sobre o Oriente, enfatizavam que os povos que o compunham se resumiam ao “outro” do Ocidente, principalmente para a Europa, como mostra Said. Os discursos sobre o Oriente ali produzidos e consumidos, portanto, davam corpo ao que os europeus viam como um outro uniforme, ahistórico e, muitas vezes, bárbaro.

O que Said chama de Orientalismo é, antes de tudo, não apenas um conjunto de obras, textos e produções literárias que possuem o Oriente como tema central. É claro que estas obras são o objeto de estudo do autor, que destrincha os discursos presentes em várias delas sobre como são vistos e representados “os outros”. Mas Said define o Orientalismo como:

[...] a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos, é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é composto de duas metades desiguais, o Oriente e o Ocidente), mas também de toda uma série de “interesses” que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente; é sobretudo um discurso que não está absolutamente em relação correspondente direta com o poder político ao natural, mas antes é produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder [...] o Orientalismo é – e não apenas representa – uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual que tem menos a ver com o Oriente e mais com o “nosso mundo” (Said, 2007, p. 40/41).

Considero importante iniciar este tópico com a definição específica deste conceito de orientalismo destrinchado por Said, pois ele enfatiza a dimensão do discurso e, acima de tudo, do discurso sobre o outro, que é, pra mim, onde está a principal proximidade entre as obras de Said e Geertz. Esta oposição entre Oriente e Ocidente fica clara nas análises literárias sobre o assunto, mas não é a única forma de designação

do termo “Oriente”, que academicamente, inclusive, foi cunhado pelo colonialismo europeu, como aponta Said. Oriente pode ser também uma certa “instituição” organizada em alguns momentos históricos para negociar, inclusive economicamente, com o Ocidente. No entanto, como afirma Said, o orientalismo é, acima de tudo, um discurso produzido pelo Ocidente.

Compreender o Oriente como um discurso administrado e produzido pelo ocidente nos ajuda a ver, como também demonstra Said, como a cultura europeia ganhou força comparando-se com o este Oriente que ela própria definiu – ou seja, com seu próprio discurso sobre o Oriente. Este território era, até o início do século XIX, composto pela Índia e pelas terras bíblicas. A partir do final do século XIX até o fim da II Guerra Mundial, a França e a Inglaterra dominaram o Oriente e o Orientalismo. Entretanto, ao fim da II Guerra, adentram o cenário discursivo os Estados Unidos.

O Oriente não é, portanto, “um fato inerte da natureza. Ele não está meramente ali, assim como o próprio Ocidente. Devemos levar a sério a grande observação de Vico de que os homens fazem a sua história, de que só podem conhecer o que eles mesmos fizeram” (Said, 2007, p. 31). Dessa forma, a própria ideia de Oriente tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário, um vocabulário. No entanto, o Oriente também não é apenas – e essencialmente – uma ideia sem uma realidade correspondente. Não é como se houvessem apenas dois discursos em disputa sobre um mesmo território. Mas sim, uma série de discursos sobre o “outro” que habita este território – que também é uma construção discursiva – e uma série de histórias, tradições, línguas, histórias, religiões, culturas e tudo mais que possamos enumerar.

Entretanto, é necessário frisar que há, neste íterim, uma relação de poder entre esses dois “polos”. Esta relação de poder se desdobra no colonialismo, na dominação e na tentativa de imposição de uma hegemonia cultural por parte do Ocidente. E, como aponta Said, é justamente o resultado da hegemonia em ação que confere ao orientalismo a força que tem. Citando Gramsci, ele frisa que a ideia europeia de superioridade cultural – construída ao longo dos séculos como um consenso – fez do Oriente, portanto, o lugar do atraso, da falta de razão, da barbárie. O que a consciência europeia soberana fez, através do Orientalismo foi o que descreveu Geertz sobre o que não se deve fazer ao se descrever outras culturas. Como o vocabulário do orientalismo não se abriu para a divergência, para a multiplicidade, tornou-se, em parte, um conjunto

de concepções que homogeneizam, maniqueizam e tornam o “outro” passível de desumanização.

O discurso hegemônico sobre o Oriente apagou

[...] os inúmeros sedimentos de história que incluem incontáveis histórias e uma variedade estonteante de povos, línguas, experiências e culturas, tudo isso é desqualificado ou ignorado, relegado ao monturo, juntamente com os tesouros esmigalhados até formar fragmentos insignificantes – como é o caso dos tesouros retirados das bibliotecas e museus de Bagdá (Said, 2007, p. 14).

Said também ressalta a diferença entre o desejo de se conhecer e compreender novas culturas com o objetivo de coexistir e promover a coexistência e a expansão de novos horizontes, e o “desejo de conhecimento por razões de controle e dominação externa” (idem, p. 15). Este conhecimento promovido por especialistas políticos absolutamente comprometidos com os valores e as ideias da democracia liberal ocidental, como aponta Said, é justamente o que promove e justifica os recentes conflitos – para usar um eufemismo – entre EUA e países do Oriente, por exemplo. Esse ponto citado por Said nos remete mais uma vez ao que defende Geertz sobre a teoria política e seu papel diante de tanta fragmentação e tantas diferenças.

O que Said pretende, em suma, é utilizar a crítica humanista para expor os campos de conflito sem acabar se resvalando em um antagonismo maniqueísta. É “introduzir uma sequência mais longa de pensamento e análise em substituição às breves rajadas de fúria polêmica que paralisam o pensamento para aprisionar-nos em etiquetas e debates antagonistas cujo objetivo é uma identidade coletiva beligerante” (idem, p. 19). Ressaltando que os acontecimentos no mundo não acontecem de maneira isolada e sem um contexto ou influências externas, Said retoma a noção secular de que o ser humano é quem cria sua própria história. Entretanto, ele destaca que esta noção secular foi substituída por “ideias abstratas que celebram a excepcionalidade americana ou ocidental, denigrem a relevância do contexto e veem outras culturas com desprezo e descaso” (idem, p. 23).

Para Said, o humanismo se mostra como a única possibilidade de resistência a este processo de desumanização de outras culturas promovidos pela cultura ocidental hegemônica, pois é nele que residem estes valores e a premissa de que os homens e as

mulheres são condutores de sua própria história. Segundo ele, é possível que consigamos construir visões não demonizantes sobre outras culturas, basta que nos centremos na subjetividade e rejeitemos ideias prontas e autoridades previamente aceitas.

O perigo da história única e considerações finais

“Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para empoderar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida” – Chimamanda Adichie²

Este trecho do memorável discurso da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie me veio à mente assim que tive acesso aos textos acima citados. Chimamanda, uma mulher escritora, com todas as dificuldades que isso possa significar, afirma neste texto que o perigo da história única chegou a influenciar suas próprias narrativas. Mas também se viu alvo do estereótipo sobre seu país de origem quando, aos 19 anos, chegou aos Estados Unidos e sua colega de quarto presumiu que ela não sabia usar um fogão. Esses pequenos detalhes mostraram à Adichie a história única que, provavelmente, a maior parte dos americanos conhece sobre a Nigéria.

Os recentes acontecimentos na Europa em relação ao número estrondoso de refugiados chegando diariamente em países como França, Itália, Grécia, Espanha, entre outros, também podem ser analisados à luz do que Geertz e Said nos dizem. É claro que a questão é muito mais complexa, a diversidade cultural e as representações sobre os refugiados são apenas dois dos pontos possíveis a serem estudados. Entretanto, considero importante trazer à tona um ponto específico que chama atenção em matéria publicada pelo jornal O Globo na manhã do dia 18 de janeiro de 2016.

O título “Integração de muçulmanos na Europa é quase impossível, diz presidente tcheco”³, demonstra o signo a ser “colado” nos refugiados logo de partida, já

² Discurso de Chimamanda Adichie durante um TED, disponível em:

http://www.ted.com/talks/lang/por_br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html

³ <http://oglobo.globo.com/mundo/integracao-de-muculmanos-na-europa-quase-impossivel-diz-presidente-tcheco-18496270>

que as representações negativas sobre os muçulmanos tendem a ser mais fáceis de promover a desumanização do que simplesmente o rótulo de “refugiados”. Com isso, não quero dizer que houve a intenção do jornal de escrever dessa forma com o objetivo de fazer com que as pessoas concordem mais facilmente com o presidente tcheco, mas sim que este título pode gerar esta interpretação.

O texto começa chamando o fenômeno de “onda migratória na Europa” e ressalta o pedido do presidente para que os “muçulmanos” permaneçam em seus países de origem. Novamente: compreendo que a questão é bem mais complexa, receber refugiados não é tarefa tão simples, há que se pensar em questões econômicas etc. Entretanto, o pedido para que “deixemos que vivam sua própria cultura em seu país de origem” por parte do presidente tcheco soa quase que como uma não-solução, já que continuar em seu país de origem significa estar próximo da morte – por fome, assassinato, doenças, falta de abrigo. O presidente continua sua declaração defendendo que “estamos enfrentando uma invasão organizada e que não é um movimento espontâneo de refugiados”, pois, para ele, os refugiados deveriam “pegar em armas para lutar pela liberdade de seu país”. A declaração do presidente sobre “uma invasão organizada” me remete ao que aponta Said, sobre a maior parte das representações sobre o Oriente estarem diretamente relacionadas com a ideia de barbárie, desumanidade, falta de ordem, entre outros rótulos considerados negativos pelo Ocidente.

Quando Geertz nos diz que “precisamos de modos de pensar que sejam receptivos às particularidades, às individualidades, às estranhezas, descontinuidades, contrastes e singularidades” (2001, p. 196), também reflito sobre os modos de relatar. A forma como contamos uma história, como descrevemos um grupo, como falamos sobre uma pessoa, muitas vezes sem pensar sobre os efeitos que aquela representação produz, muitas vezes pode dizer mais sobre nós mesmos – como no caso Oriente X Ocidente, apresentado por Said. A atenção que damos a isso se deve à forte produção dos autores pós-colonialistas e à influência da obra de Foucault, que enfatiza a relação entre discurso e poder.

As formas de representação, tão caras à Said e Chimamanda, mostram também que a ruptura com alguns estereótipos pode significar, estrategicamente, mudanças drásticas nas concepções sobre determinados grupos, povos, etnias, classes sociais, gêneros sexuais, entre tantas outras formas de designação às quais possamos recorrer. Retomo o que diz Geertz, ao defender que somos capazes de construir novas matrizes

analíticas e novas epistemologias, desde que nos atenhamos a construir “uma concepção mais clara, mais detalhada, menos mecânica, estereotipada e carregada de clichês daquilo em que consiste a política, do que ela é” (Geertz, 2001, p. 215). Em resumo, para o autor, necessitamos de uma “compreensão melhor do que vem a ser a cultura [...] como força ordenadora das questões humanas” (idem).

Ou, nas palavras de Chimamanda Adichie: “Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso”.

Referências bibliográficas:

GEERTZ, Clifford. “Os usos da diversidade”, in: *Nova luz sobre a antropologia*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

_____. “O mundo aos pedaços: cultura e política no fim do século”, in: *Nova luz sobre a antropologia*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das letras, São Paulo, 2007.